

# A avaliação dos empresários

"O 'pacote' econômico aprovado pelo Conselho Monetário Nacional é inviável, inconsistente e insustentável. A opinião é do diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Roberto Castello Branco, para quem os efeitos incontestáveis serão o aprofundamento do processo recessivo e o aumento do desemprego, sem resultados satisfatórios no combate à inflação.

Segundo Castello Branco, faltou a desindexação, "muito embora ela por si só não ajusta a economia, não resolve nada, como ocorreu em 1990". Ele explicou que o pacote "é inviável por ser amparado no aumento de receita e não necessariamente da redução de despesas. Tal propensão a gastos pode ser comprovada pela experiência recente da política econômica, incapaz de controlar as despesas públicas".

O "pacote" seria, também, "insustentável, porque, apesar de reduzir alguns subsídios, realimenta a oferta de recursos pela correção monetária do preço mínimo, pelo aumento do AGF, aumento do VBC, e finalmente é inconsistente, pois, como não desperta expectativas otimistas, não contribui para eliminar a incerteza cambial, não tendo qualquer impacto positivo sobre os juros".

Já o vice-presidente do Unibanco, Márcilio Marques Moreira, considera que é ainda necessário afe-

rir o resultado líquido das medidas adotadas em termo de dimensionamento dos efeitos sobre os juros e déficit público. "Há necessidade", diz, "de se aguardarem os cortes a serem efetuados nas despesas das empresas estatais, mas admite que o conjunto parece indicar o rumo do ajustamento". Ressaltou, no entanto, "a necessidade de um imperioso debate entre todos os setores envolvidos para otimizar a distribuição equânime dos sacrifícios", pois, na sua opinião, "o elenco de medidas ainda não se esgotou".

Para Laerte Setúbal Filho, presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, "a omissão maior do 'pacote' foi ignorar o aspecto fundamental da desindexação, único capaz de romper o círculo vicioso onde a correção monetária reflete a integralidade dos fatores exógenos; se os fenômenos produzidos pela inflação não forem expurgados continuamos amarrados da mesma forma, como, por exemplo, o fato de ela refletir a correção cambial".

Setúbal exemplifica: "Veja-se o caso do trigo, que reflete um peso significativo no avanço inflacionário. Vai gerar maior índice de inflação, anulando de um lado o benefício do outro, ao empurrar a desvalorização do cruzeiro na correção cambial atrelada à inflação, neutralizando o grosso dos efeitos do 'pacote'. Um tiro pela culatra. Era preciso que

houvesse realmente um expurgo através de uma indexação seletiva e não processada de forma automática".

A desindexação da economia é necessária, mas deve ser feita "de forma a distribuir os sacrifícios por toda a sociedade, e não sobrecarregar apenas os trabalhadores", conforme a visão do industrial Nildo Masini, vice-presidente da Fiesp. Segundo ele, "todos, agora, estão na expectativa de um anúncio governamental sobre a contenção das despesas das empresas estatais na área de custeio."

César Maia, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, acha que a "única novidade" do "pacote" é o fim do limite do crédito, "pois o resto já vinha sendo estudado. Para ele, isso indica que "deve haver mais liquidez e, embora os juros continuem caros, em função de outras medidas compensatórias (aumento compulsório, taxaço do open, etc.), isto é bom para os estados".

O fato de não haver mais quantitativo de expansão do crédito, aliado à fixação de limites para empréstimos ao setor público pelo Banco Central, segundo Maia, "é bem melhor para as finanças estaduais, pois cria regras do jogo".

Acrescenta: "No momento, não podemos emitir títulos, nem solicitar empréstimos externos, porque a solicitação que encaminhamos ao Conselho Monetário não foi ainda autorizada pelo Senado,

encontrando-se bloqueada na Presidência da República, só nos resta pedir dinheiro emprestado aos bancos. Estas duas medidas ainda não resolvem nossa situação de aperto financeiro, mas possibilitam antecipação de receita em operações a curto prazo".

Na análise do secretário, "o 'pacote' pretende reduzir o déficit público pelo lado fiscal, aumentar a arrecadação e, pelo lado monetário, reduzir a necessidade de emissão de dinheiro ou de títulos, mas como não fala em desindexar os ativos financeiros, como a correção monetária que deveria ser expurgada em 10% já, para mim significa que continua em aberto o problema central da economia hoje: a credibilidade".